Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ____/____/____
Cod. C4D0020.1

POLÍTICA FUNDIÁRIA E TERRAS INDÍGENAS NO MATO GROSSO (*)

Edir Pina de Barros

Museu Rondon/Deptº.História-UFMT

Nos últimos anos vem ocorrendo em Mato Grosso - assim como em todo o país - uma crescente mobilização das sociedades indígenas no sentido de reivindicar os seus direitos estabelecidos pelo Estado. O elemento propulsor dessa mobilização tem sido a questão terra, fundamentalmente. Neste ano registra-se um significativo recuo nesse movimento, com exceção dos grupos indígenas que vivem no Xingú, dos Xavante e dos Salumã. Alguns fatôres parecem estar diretamente correlacionados com essa desmobilização: a) a instabilidade política pela qual passamos e que se reflete,principalmente na 5ª DR que este ano já teve tres delegados(dois na gestão do Presidente Jurandir da Fonsêca), b) a injeção de recursos na área de influência da BR-364 e c) a demarcação ou revisão de limites em algumas áreas indígenas. Associado a estes fatôres, temos também uma ampliação da ação repressiva por parte dos funcionários da FUNAI.

Por outro lado, nos últimos anos vem se definindo, por parte do governo do estado, uma política cada vez mais agressiva com relação às terras indígenas que, dada a sua importância,constituirá o núcleo da atenção nossa neste trabalho.

Em recente trabalho João Pacheco de Oliveira Filho tece algumas considerações bastante sugestivas para uma análise sociológica da "questão terra", na medida em que busca estabelecer relações entre "o avanço das fronteiras econômicas e a atuação indigenista oficial." Através desse estudo, o autor chega à conclusão de que " as maiores proporções de terras demarcadas correspondem às áreas de colonização mais antiga, onde as frentes de

(*) Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais(ANPOCS). GT Política Indigenista, Águas de São Pedro(SP),23 a 26 de outubro de 1984.

expansão já passaram, atomizando as posses indígenas e incorporando à região à economia nacional"(*) Esta situação é típica da região sul do Brasil, onde todas ou praticamente todas as terras estão demarcadas. Em contrapartida, nos estados que compõem a região amazônica, região esta em que a fronteira econômica ainda se encontra em movimento, as terras indígenas estão, na sua maioria, por serem demarcadas. Este é o caso de Mato Grosso e, mais especificamente, da área em que atua a 5ª.DR. Segundo os dados trabalhados pelo autor, apenas 32% das terras indígenas da jurisdição da 5ª.DR estariam demarcadas(p. 14). Nesse mesmo estado ocorrem exceções à correlação " avanço de frentes pioneiras(e consequente incorporação dessa região à economia de mercado) e efetividade no processo de demarcação das terras indígenas"(p.14). Estas seriam o Parque Nacional do Xingú e as terras Xavante, hoje administradas pela 7ª.DR, com sede em Aragarças.

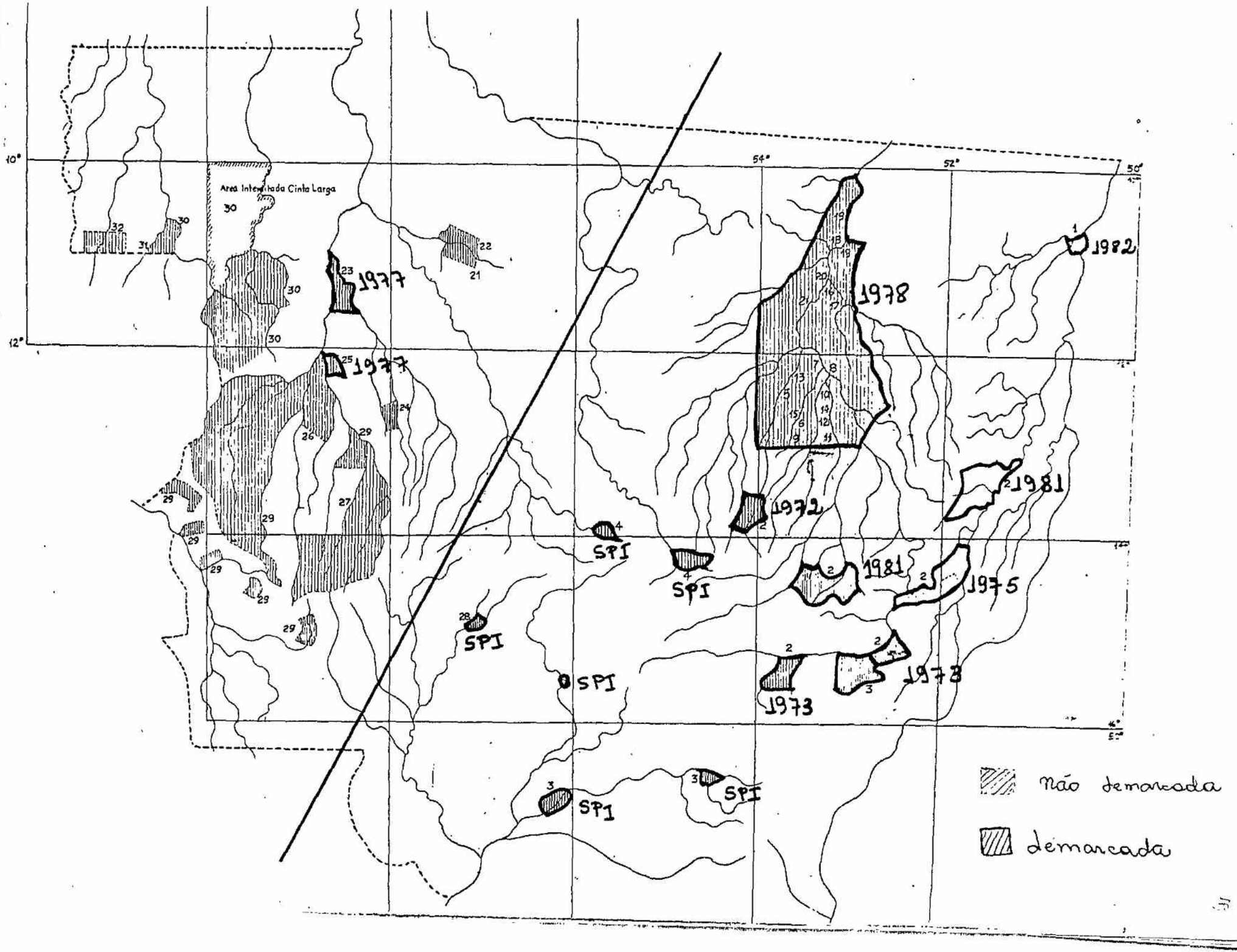
A partir dessa correlação pretendemos aqui levantar alguns pontos significativos para a apreensão de uma política fundiária com relação às terras indígenas do estado de Mato Grosso. Para tanto, trabalharemos com o Estado como um todo, sem observar as unidades administrativas da FUNAI.

Os dados aqui trabalhados são oriundos das seguintes fontes: 1) "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas da Área de Influência da Rodovia Cuiabá/Porto Velho(período 1980/85" elaborado em setembro de 1980 pela Assessoria de Planejamento e Coordenação da FUNAI, 2) "Levantamento da Realidade Indígena", realizado por uma equipe do CIMI e publicado no Porantim nº.37(IV) em abril de 1982 , 3) informações orais, visto que nessas duas fontes não constam algumas áreas indígenas e que alguma delas estão passando por processo de demarcação ou aviventação e 4) jornais e Revista Contato, sendo que esta última veicula matérias de políticos do Estado.

A partir desses dados mapeamos as áreas indígenas do estado de Mato Grosso, ainda que esbarrando em falta de informações ou informações incompletas.

(*) OLIVEIRA FILHO,João P. - "Terras Indígenas: uma tentativa de abordagem sociológica"- BOLETIM DO MUSEU NACIONAL,N.S., Antropologia, nº.44, RJ- 30 de outubro de 1983.

Acervo ISA


Area Interditada Cinta Larga
10°
12°
54°
52°
50°
1977
1977
1978
1982
1981
1972
1981
1975
1973
1973
SPI
SPI
SPI
SPI
SPI
SPI
não demarcada
demarcada

Acervo ISA

POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO

GRUPO ÉTNICO	TRONCO OU FAMÍLIA LINGUÍSTICA	POPULAÇÃO
1. TAPIRAPÉ	TUPÍ	158
2. XAVÁNTE	MACRO-JÊ	4.500
3. BORÔRO	MACRO-JÊ	626
4. BAKAIRÍ	KARÍB	438
5. WAURÁ	ARUÁK	110
6. TXIKÃO	KARÍB	100
7. YAWALAPITÍ	ARUÁK	100
8. TRUMAÍ	NÃO CLASSIFICADA	60
9. MEHINÁKU	ARUÁK	80
10. MATIPUHÍ	KARÍB	20
11. KUIKÚRO	KARÍB	170
12. NAHUKUÁ	KARÍB	20
13. KAMAYURÁ	TUPÍ	170
14. KALAPÁLO	KARÍB	165
15. AWETÍ	TUPÍ	50
16. TAPAYÚNA	MACRO-JÊ	45
17. SUYÁ	MACRO-JÊ	138
18. KRÉN-AKARÓRE	MACRO-JÊ	85
19. TXUKAHAMÃI	MACRO-JÊ	284
20. JURÚNA	TUPÍ	77
21. KAYABÍ	TUPÍ	858
22. APIAKÁ	TUPÍ	70
23. ERIPAKTSÁ	MACRO-JÊ	480
24. IRÂNTXE	NÃO CLASSIFICADA	155
25. MENKU	NÃO CLASSIFICADA	32
26. SALUMÃ	ARUÁK	145
27. PARESÍ	ARUÁK	545
28. UMUTÍNA	MACRO-JÊ	140
29. NAMBIKUÁRA:	NAMBIKUÁRA	786
30. CINTA-LARGA(MT/RO)	TUPÍ	1.750
31. ZORÓ(MT/RO)	TUPÍ	350
32. SURUÍ	TUPÍ	314

TOTAL.....13.021

Observando a situação das terras indígenas do Mato Grosso podemos constatar que na região central e leste se concentra a maioria das terras demarcadas: a dos Tapirapé, dos Xavante, dos Borôro, dos Bakairí, dos Umutina e o Parque Nacional do Xingú. Destas, apenas as reservas Borôro, Bakairí e Umutina foram demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios. As demais foram demarcadas na década que vai de 1972 a 1982. Na região mais a oeste, as únicas demarcadas são as reservas dos Erikpáktsa e dos Menkü (ambas no ano de 1977). Várias delas estão invadidas (casos exemplares são as terras Bakairí e Borôro). É nessa região que se registra a ocorrência de lutas travadas com o objetivo de ampliação das reservas, como é o caso do Xingú e dos Xavante. Nela também temos a reserva de Jarudore (SPI) na qual não se registra mais a presença de Borôro, estando totalmente invadida. Neste ano as reservas Santana (Bakairí) e Perigara (Borôro) estão passando por processo de revisão de limites. A primeira está na área de influência da BR-364.

Na região oeste - área de influência da BR-364 - está concentrada a maior parte das terras indígenas não demarcadas. É nela que se localizam "grupos arredios". Neste ano, parte dessas áreas estão sendo demarcadas com recursos do Polonoroeste (Paresí e Nambikuára). Também aí ocorreu, em setembro, conflito entre os SAlumã e topógrafos, resultando em duas mortes. Atualmente está em estudo a questão dessa área.

É interessante notar que a região central e leste correspondem à região de colonização mais antiga, enquanto a oeste vem passando nas últimas décadas por um processo acelarado de ocupação, registrando-se aí a presença de inúmeras fazendas agro-pecuárias implantadas com os incentivos fiscais do Estado. Essa ocupação também está relacionada com a BR-364, rota de migração para a Rondônia.

A identificação de áreas indígenas em Mato Grosso vem sendo alvo de atenção por parte do governo estadual, que intenta um maior controle sobre as terras através de uma política bastante agressiva com relação às terras indígenas. No processo de definição dessa política, as áreas Xavante e o Parque Nacional do Xingú são invocadas de forma especial pelos dirigentes do estado.

Com a finalidade de apreender a política fundiária estatal estabeleceremos um recorte, tomando como ponto de partida o ano de 1977, quando ocorreu a divisão do estado e a criação do Instituo de Terras de Mato Grosso (INTERMAT).

A divisão do estado acelerou a expansão da fronteira econômica ao norte de Mato Grosso, sustentada pela ideologia de segurança nacional e programas governamentais, fundamentalmente. A criação do INTERMAT, que encampou o Departamento de Terras e Colonização, extinto em 1968, tinha por meta a excução da política de disposição e regularização de terras, estatais ou não, necessária à utilização dos recursos advindos da política de ocupação da Amazônia Legal.

A extinção do Departamento de Terras e Colonização no governo de Pedro Pedrossian se deveu a uma total falta de contrôle da situação das terras do estado, na medida em que este vendia terras as particulares sem realizar levantamentos topográficos e elaborar memoriais, fundamentalmente a partir de 1947. Antes mesmo"da segunda guerra mundial as terras eram vendidas como forma de arrecadar fundos, mas não havia cadastro técnico e nem contabilidade do que era vendido ou existente", segundo afirmações do então diretor -técnico da INTERMAT, Otávio Paes de Barros.(*) Isso resultou em superposição de títulos("beliches fundiários"), o que mais tarde viria a resultar em fonte de conflitos sociais. Exatamente nesse processo foi realizada a identificação do Parque Nacional do Xingú, em terras parcialmente vendidas à particulares.

Ao INTERMAT coube realizar um levantamento da situação das terras de Mato Grosso, uma tarefa que, segundo os planos do governo abrangia " desde a moralização do simples protocolo de processos até a alimentar uma industria de fraudes - à negativa de fotocópias de processos alheios, também com fins especulativos até a localização das áreas adquiridas entre 1945 e 1965, cujos donos não costumam a não ter nem idéia de onde ficam."(*). Visava também a localização das terras indígenas e um levantamento da situação.

Foram definidas duas metas básicas:

1- organização "institucional ou sistêmica que nos desse condições mínimas de funcionamento à luz da nova legislação e estimulando a nossa atividade a não ser mais somente atividades-meio, mas fins" e,

2- "... estabelecimento de canais oficiais de interação, ou seja, relacionamento com todos os setores da área, INCRA, Conselho de Segurança Nacional, FUNAI e as próprias secretarias estaduais, à justiça e política, de forma a podermos nos posicio

(*) "Enfim , a moralização: uma longa história envolvendo terras com ingredientes estranhos e complexos" in CONTATO, ano II, nº. 15, agosto de 1980, p.6

nar."(*)

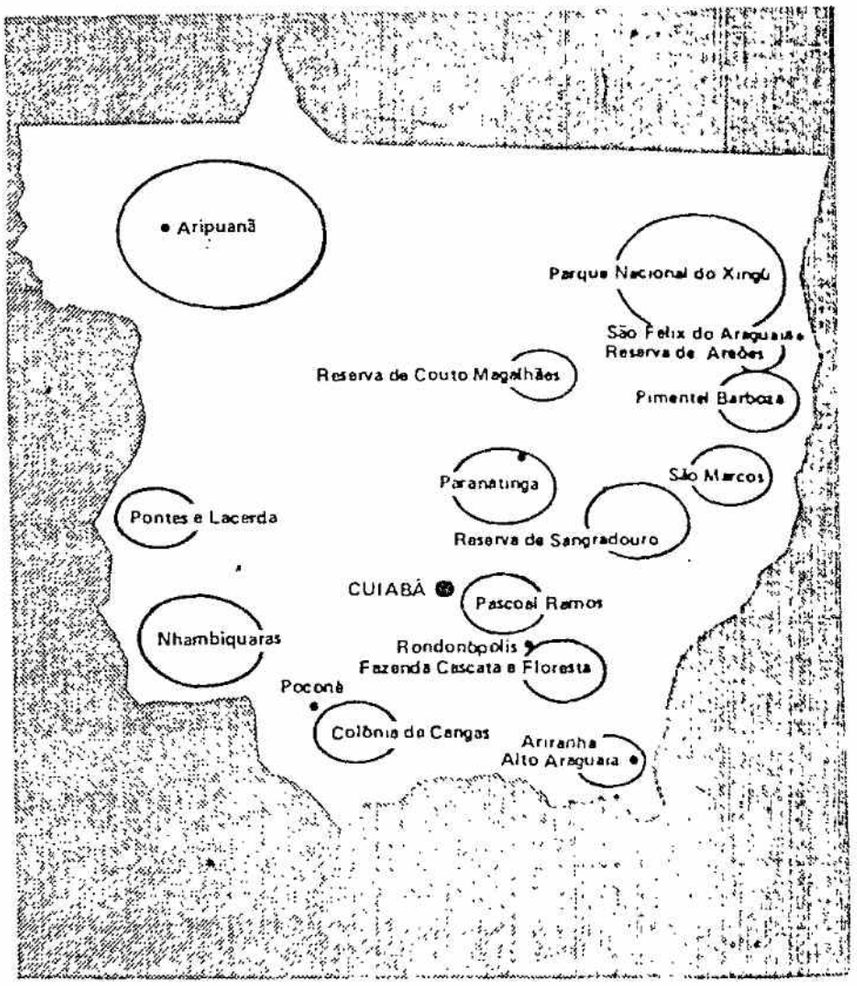
O trabalho de levantamento resultou na obtenção de dados a partir dos quais foi estabelecido um quadro inicial das terras do Estado de Mato Grosso.

ÁREAS DE JURISDIÇÃO ESTADUAL E FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO			
ÁREA DE JURISDIÇÃO	SUPERFÍCIE KM2	ÍNDICE PERCENTUAL	OBSERVAÇÕES
INCRA DEC. Nº 1164/71	368.580	42%	FAIXA DE 200 KM AO LONGO DAS BR.
INCRA E SG/CSN	107.080	12%	FRONTEIRA COM A BOLIVIA
ESTADO DE MATO GROSSO	405.340	46%	
TOTAL	881.000	100%	
RESERVAS INDÍGENAS	109.140	12,36%	DILUIDAS NAS ÁREAS ACIMA
RESERVAS FLORESTAIS ECOLÓGICO	8.080	0,91%	

Fonte: "Enfim , a moralização..." in CONTATO, ano II, nº.15,agosto de 1980,pp.4e 5.

(*) idem, p. 3

No ano de 1978 foi criada uma Comissão Fundiária presidida pelo então vice-governador José Villanova Torres, com o objetivo de cumprir a segunda meta estabelecida pelo INTERMAT, ou seja, centralizar o problema da terra num só órgão(antes espalhado pelos diversos órgãos relacionados com a questão fundiária:INCRA,FUNAI,CODEMAT,INTERMAT). Essa Comissão levantou 115 focos de tensão social . Atualmente extinta, ela nada fez no sentido de solucionar os problemas sociais cadastrados.



Algumas das 115 áreas identificadas pela comissão fundiária

Fonte: " Problema fundiário: Complexo por natureza" in CONTATO ano II, nº.10, março de 1980, p. 10

A partir dos dados levantados chegou-se também a um concenso: "...o INCRA e a FUNAI avançaram demais nas terras de Mato Grosso."(*)

Se antes já se registrava uma política agressiva com relação às terras indígenas, a partir desse concenso se elabora, paulatinamente, uma linha de ação muito mais agressiva ainda.

Para os dirigentes " a ação dos órgãos federais - INCRA e FUNAI - aumentam a complexidade e dificultam a solução desses problemas pelo governo estadual". Com relação aos índios é colocado que " dado o seu caráter nômade, sempre se deslocando em direção à caça, acaba por não ocupar, ou mesmo abandonar as grandes extensões territoriais a eles destinadas pela FUNAI, dando lugar à invasão dessas faixas de terras pelos colonos. Constatou-se casos de tribos em extinção, com cerca de trinta ou quarenta índios distribuidos numa reserva de 9.000 hectares."(**)

O ex- Secretário da Agricultura, Maçao Tadano, chega a recomendar a criação de uma comissão nacional para realizar estudos voltados para a problemática das terras indígenas para detectar algumas soluções: " a permuta de terras indígenas, a criação e até mesmo o desaparecimento de algumas reservas, poderiam ser algumas propostas dessa comissão."(***)

Busca-se, na verdade, formas de repassar as terras indígenas para os grandes proprietários, em cima do desgastado discurso da irreversível "extinção" dos índios. Imputam aos colonos a responsabilidade das invasões das terras indígenas existentes em Mato Grosso. É todavia, de conhecimento de todos, que os conflitos nesse estado ocorrem, fundamentalmente, entre índios e grandes proprietários.

Não só foi tirado um posicionamento por parte dos dirigentes do estado no sentido de embargar a criação e ampliação de reservas indígenas - e mesmo as demarcações - como também intensificou-se uma campanha aberta contra os índios, especialmente os Xavante.

Em entrevista concedida à Agroeste, revista de Barra do Garças, o deputado Estadual (posteriormente Secretário do Desenvolvimento Social na gestão de Frederico Campos, Evaristo Roberto Cruz

---

(*) " Enfim, a moralização: uma longa história envolvendo terras e ingredientes estranhos e complexos" in CONTATO, ano II,nº.15, agosto de 1980, p.6

(**)" Problema fundiário:complexo por natureza..." in CONTATO,ano II, nº.10, março de 1980, p.10.

(***) idem, p. 12.

afirma que: " Mais de mil parceleiros, fundiaristas e empresários foram afetados pela desapropriação de um milhão e 200 mil hectares de terra, só na última década, para a criação ou ampliação de reservas indígenas - São Marcos, Loluene, Pimentel Barbosa, Areões, Merure, Couto Magalhães e a última, Parabubure. Essas desapropriações são, na verdade, segundo advogados e fazendeiros, expropriações, porque até hoje a FUNAI não indenizou ninguém, seja oferecendo terras, seja cobrindo os prejuízos com os financiamentos e investimentos próprios."(*)

Os Xavante se dirigiram várias vezes à sede central da FUNAI para denunciar a hostilidade por parte dos grandes proprietários e políticos.

Apoiado pelos grupos hegemônicos , o prefeito de Barra do Garças, Wilmar Farias Peres(atualmente vice-governador, invasor das terras Bakairí da reserva de Santana), remete um abaixo-assinado ao presidente da república, datado de 1º. de março de 1980, expondo os problemas gerados pela FUNAI, dentre eles:

1- falta de definição de um projeto específico e claro na política de assentamento de populações indígenas, o que resulta em criação aleatória de reservas indígenas, o que provoca insegurança generalizada e um desestímulo aos que vivem na região;
2- essa inquietação leva aos investidores a temer perder inversões financeiras, sobretudo naqueles que pretendem adiquirir terras em Barra do Garças;
3- os Xavante "chegaram depois dos "brancos" e os proprietários receberam da FUNAI , certidões negativas; pelo fato de não existir uma política clara e objetiva, o direito de propriedade e investimentos são perdidos;
4- não há e nunca houve clima hostil para com os índios;
5- a região constitui área de grande produção rizícola;
6- a crescente e seguida criação de reservas, além de gerar inquietação social, " ameaça a deslocar e desclassificar a expansão e o esforço agrícola que, desde a última década está vivendo a região.".Esta se constitui de uma mancha de áreas indígenas(77.849 km^2 , com seis reservas indígenas, excluindo Tapirapé e Xingú,cobrindo uma área de 10.083 km^2 para 3.294 índios);

(*) "FUNAI Expropria quem produz" in AGROESTE, ano I, nº.4, março de 1980, p.6.

7- reconhece-se o " direito histórico" dos índios, que têm que viver em conformidade com o seu próprio "processo civilizatório" e e o dever humanitário com relação à eles.

Reivindicam que:

a) sejam assegurados o direito de trabalhar e viver em segurança em propriedades legitimamente adiquiridas e
b) que na decretação de reservas indígenas sejam ouvidos os interesses da comunidade afetada pela incapacidade e indecisão do órgão executor da política indigenista,
c) " que mantendo-se as reservas já existentes, evite-se de uma vez para sempre, a criação e estabelecimento de novas reservas indígenas na região."(*)

Extrapolando a região de Barra do Garças, outros políticos manifestam-se publicamente contra a FUNAI, " a grande estranguladora de nosso progresso", como afirmava na ocasião o secretário da Justiça e do Interior, Domingos Sávio Brandão Lima, que em entrevista concedida à revista AGROESTE fez as seguintes colocações:

- "Eu disse em agosto do ano passado que Mato Grosso havia se tornado um feudo da FUNAI. Hoje, do jeito que está, formulo esta pergunta: Até quando a FUNAI vai tomar tudo que é território do Estado? Dizer-se que todo Estado era território imemorial dos índios é bobagem - todo Brasil o foi antes de Cabral"(**) . E ainda:
-"Até quando existirá o Estado de Mato Grosso? Até quando 5 a 6 mil índios vão contentar-se com os 109 mil quilometros que já possuem? E quem garante que não serão incentivados, levados até de Jeep, a perambular pelos 781 quilometros restantes do Estado de Mato Grosso? Pergunto até quando as autoridades da Republica serão lubridiadas pelos sociólogos, pelos etnólogos, enfim, pelos 'ólogos' da FUNAI..."(***)

Utiliza-se da situação das áreas Xavante para a definição de uma política mais abrangente para o Estado como um todo.Isso fica mais claro ainda na seguinte passagem:

(*) sintese do documento publicado integralmente na Revista AGROESTE, ano I, nº.4, março de 1980, pp. 9 e 10.

(**) "A FUNAI tornou-se a estranguladora do progresso" in AGROESTE, ano I, nº. 4, março de 1980, p.11

(***) idem, p.12

"Há poucos dias recebi uma denuncia por escrito de Sangradouro cujos índios querem aumentar a área para mais 40 mil hectares. Já invadiram as fazendas , colocaram placas dizendo 'FUTURA RESERVA INDÍGENA', intranquilizando a região. Esses procedimentos geraram uma intranquilidade tremenda no estado de Mato Grosso. Não há mais em Cuiabá aquela febre de investidores que queiram terras, que queiram vir a Mato Grosso trazer seu capital e sua tecnologia." (*)

O mesmo tipo de discurso foi assumido por Julio Campos na sua campanha política para governador: "Muita terra para pouco índio"

Dessa forma, a política fundiária adotada pelo estado , ganha expressão na ideologia veiculada pelos seus dirigentes.Hoje, o atual Delegado da FUNAI na região ocupa esse cargo por indicação de Nelson Réu, Secretário para Assuntos Fundiários.

As áreas demarcadas não tem seus limites assegurados e parte delas estão invadidas. Outras estão por demarcar. Se por um lado adota-se uma política mais enérgica no sentido de não ceder mais terras "estaduais" para identificação de reservas e assentamento de populações indígenas, por outro lado a inação da FUNAI é total. Como resposta a essa situação, os índios tem se mobilizado para reivindicar os seus direitos.

(*) Idem , p. 13